

RESULTADOS DE AVALIAÇÕES EXTERNAS E INTERNAS EM ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DE SÃO PAULO: APROXIMAÇÕES OU CONTRADIÇÕES?

Elianeth Dias Kanthack Hernandes

Universidade Estadual Paulista – Campus de Marília

netzeu@femanet.com.br

Resumo: Este trabalho pretendeu analisar os resultados obtidos por escolas inscritas no Prêmio: Gestão Pedagógica: ação integrada escola e supervisão, em avaliação externa promovida pela SEE/SP. A questão considerada foi que as escolas que se inscreveram no prêmio, o fizeram porque se auto-avaliaram como escolas com projetos inovadores e gestão voltada para produzir impacto positivo no desempenho dos alunos. Identificar as aproximações e contradições entre a auto-avaliação realizada pela equipe escolar e o desempenho nas avaliações externas permitiu uma análise mais aprofundada do caráter e das finalidades de cada uma dessas modalidades avaliativas e seus efeitos sobre o cotidiano escolar.

Palavras Chave: prêmio gestão; avaliações externas; auto-avaliação.

INTRODUÇÃO – CONTEXTO E PERCURSO ASSUMIDO

Em 2007, a Secretaria de Estado da Educação de São Paulo resolve instituir o PRÊMIO GESTÃO PEDAGÓGICA: AÇÃO INTEGRADA ESCOLA E SUPERVISÃO, em parceria com o Instituto SM para a Qualidade da Educação – ISME. Esse prêmio previa que escolas da rede estadual de ensino paulista que promovessem gestão compartilhada entre diretores de escola e supervisores de ensino - na busca do desenvolvimento de práticas inovadoras que representassem avanços e melhorias na gestão escolar e produzissem impacto positivo no desempenho dos alunos - poderiam se inscrever relatando suas experiências inovadoras. A participação no concurso permitiria à dupla de gestores – Diretor de Escola e Supervisor de Ensino - concorrer ao prêmio representado por uma viagem cultural à Espanha e menção honrosa. Para se candidatarem, as escolas inscritas, deveriam apresentar um Plano de Ação produzido de forma articulada pelo Diretor da unidade escolar e respectivo Supervisor de Ensino, para o biênio 2007/2008. O Plano de Ação deveria apresentar propostas e ações voltadas à melhoria dos resultados de aprendizagem dos alunos e que identificassem as competências profissionais que seriam mobilizadas para implementá-lo e atingir os resultados esperados.

Ao publicar, no dia 13 de julho de 2007, os critérios para participação no prêmio “gestão pedagógica: ação integrada escola e supervisão” o Comunicado da Secretária de Estado da Educação de São Paulo – SEE/SP esclarece que o trabalho deveria ser elaborado necessariamente por uma dupla composta pelo diretor da escola e respectivo supervisor de ensino e que o Diretor e o Supervisor de Ensino responsável pela Unidade Escolar inscrita deveriam ter, de forma conjunta e integrada, elaborado o Plano de Gestão 2007/2010. Esclarece

ainda que, para a elaboração do trabalho o Diretor e o Supervisor de Ensino deveriam contar com os subsídios e a colaboração da equipe escolar e da equipe de supervisores da Diretoria de Ensino.

Além de explicitar o objetivo do prêmio como sendo a valorização do desenvolvimento de práticas inovadoras que representassem avanço e melhoria da gestão escolar e pudessem produzir impacto positivo no desempenho dos alunos, os idealizadores desse concurso orientaram também que a dupla de gestores envolvida – Diretor de escola e Supervisor de Ensino – se apoiasse preliminarmente no diagnóstico obtido por meio da Auto-Avaliação realizada como produto final de um programa de formação continuada de gestores educacionais. Esse diagnóstico, resultado de um processo de auto-avaliação, é que serviria de suporte para a elaboração do Plano de Ação para o biênio 2007/2008. Dessa forma, o Plano solicitado deveria apresentar propostas de ações voltadas à melhoria dos resultados de aprendizagem dos alunos e necessitaria identificar as competências profissionais que seriam mobilizadas para sua implementação a fim de que pudesse atingir os resultados esperados.

Esta pesquisa objetiva investigar se os resultados obtidos por 59 (cinquenta e nove) escolas das 60 (sessenta) inscritas nesse concurso, nos anos de 2008 e 2009, nas avaliações de sistema promovidas tanto pela Secretaria de Estado da Educação de São Paulo - SEE/SE - são compatíveis com o fato de essas escolas terem se auto-avaliado como tendo gestão de pessoas; gestão participativa, gestão pedagógica, gestão de serviços de apoio, recursos físicos e financeiros e gestão de resultados educacionais comprometidas com os resultados de aprendizagem dos alunos, previstos na auto-avaliação exigida pelo regulamento do evento.

O direcionamento deste trabalho investigativo tentou buscar respostas para as seguintes questões: As escolas que se auto-avaliam como tendo um trabalho de gestão articulado e competente têm um desempenho nas avaliações externas que ratificam essa avaliação? A natureza dessas avaliações permite a leitura qualitativa do processo de aprendizagem, ou são parâmetros exclusivamente quantitativos? Dependendo das respostas a estas questões, uma outra indagação se faz necessária: as avaliações externas são suficientes para orientar tomadas de decisões tanto no nível *macro* (políticas educacionais), como no nível *meso* (organização escolar) ou *micro* (opções metodológicas na sala de aula)?

Existe a consciência de que no limite deste trabalho de pesquisa estas questões não seriam respondidas plenamente, mas fica explicitado aqui que elas são balizadoras para as ações investigativas que estão sendo propostas. A realização deste trabalho teve como principal característica a abordagem qualitativa, uma vez que, a autora entende que o conhecimento não é isento de valores, intenções e sofre a ação de sua própria historicidade, pressupondo, por isso mesmo, a investigação científica como um processo de construção, em que o objeto a ser estudado se constrói e se modifica também ao sofrer essa ação.

A opção por tentar identificar as aproximações e contradições entre as avaliações internas e as avaliações externas, principalmente no que se refere à organização escolar e aprendizagem dos alunos, fica assumida neste trabalho, porque parte do pressuposto que para

entender as iniciativas governamentais de intervenção nos rumos da educação básica não se pode desconsiderar a complexidade de fatores de ordem econômica, social e os interesses políticos que estão em jogo nessas ações.

Parece evidente que o desejo de tentar superar as limitações da oferta de ensino de qualidade aos alunos das escolas públicas e o discurso sempre presente na grande mídia sobre essa temática, tem servido como justificativa suficiente para a implementação de sistemas avaliativos para todo o território nacional. Desde a década de 1990 a escola de educação básica brasileira tem sido alvo de avaliações externas de diferentes denominações, mas com propósitos bastante próximos, tais como, o ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio, SAEB - Sistema de Avaliação da Educação Básica, que se traduz em dois momentos avaliativos, o ANRESC e o ANEB, O PISA – Programa Internacional de Avaliação de Estudantes e o SARESP – Sistema de Avaliação do Rendimento escolar de São Paulo.

É preciso lembrar aqui que alguns desses sistemas de avaliação implementados nas últimas décadas, por si só, não conseguiram equacionar o direcionamento de políticas educacionais que atendessem às reais necessidades da escola pública, permitindo assim, que dúvidas sobre sua credibilidade e/ou relevância ganhassem corpo e minassem muitas vezes os efeitos pretendidos por ocasião de sua implantação.

A consciência de que numa pesquisa com as características e a natureza dessa investigação alguns recortes precisam ser estabelecidos para que o trabalho tenha maior clareza e objetividade, optou-se por priorizar a análise dos resultados obtidos no SARESP, em 2009, pelas escolas inscritas no Prêmio “Gestão pedagógica: ação integrada escola e supervisão”, que é resultante de uma parceria entre a SEE/SP e o Instituto SM para a Qualidade da Educação – ISME.

A tese que embasou e estruturou este trabalho investigativo é a de que a adoção, nas últimas décadas de uma cultura avaliativa externa, com processos de avaliação de larga escala pode não estar afinada com os processos avaliativos que ocorrem no interior das unidades escolares. As decisões políticas decorrentes desses processos avaliativos nem sempre têm como consequência o aperfeiçoamento dos processos de ensinar e de aprender que ocorrem nas escolas. Sobre isso, Arena (2006) esclarece e alerta:

Coletar dados, em processos de avaliação parece ser uma área em progressivo domínio. O problema é como compreender esses dados e que decisões tomar. Do mesmo modo que os responsáveis por políticas públicas têm dificuldades para formulá-las, orientados pelos dados, os professores têm seus limites para compreendê-los e tomar decisões metodológicas adequadas. Os dados só ganham sentido se forem compreendidos, mas para compreender é preciso ter formação teórica; do contrário, a avaliação não cumpre a sua finalidade: aperfeiçoar o modo de ensinar a todos os alunos (ARENA, 2006, p. 1).

Para responder às questões que foram propostas neste trabalho foi realizada uma análise bibliográfica tanto dos textos/documentos que fundamentam e organizam o prêmio “Gestão pedagógica: ação integrada escola e supervisão”, como também os que tratam da implantação

e implementação de sistemas avaliativos em larga escala e da auto-avaliação de instituições escolares. Também foi realizada uma análise de registros dos resultados obtidos nas avaliações externas pelas escolas que são objeto dessa pesquisa. Outro direcionamento dado foi a coleta de dados para a análise dos discursos oficiais/institucionais sobre a realização dessas avaliações externas e a utilização dos dados obtidos com essa prática. Essas análises permitiram identificar algumas concepções, opções e contradições presentes no processo de organização, implantação e implementação das avaliações internas e externas a que são submetidas as escolas.

Por sua natureza qualitativa, esta pesquisa pretendeu contribuir para a compreensão do fenômeno de valorização de resultados obtidos por alunos em avaliações externas em detrimento das avaliações obtidas a partir da reflexão dos sujeitos que compõem a equipe escolar. A importância de realizar esta análise fica evidenciada pelo que está afirmado por Thurler (1998, p. 175 - 192):

Quando se quer medir a eficácia de uma escola, corre-se o risco de aprisionar a sua dinâmica numa perspectiva clássica e somativa, e o de acreditar que categorias pré-fabricadas possam captar uma realidade em constante movimento, que só existe no espaço de interação dos atores envolvidos. A problemática da eficácia evoluiu. Hoje, está-se abandonando a abordagem inicial, tecnicista e quantificadora, para se colocar em relação diferentes efeitos e características qualitativas, tais como o clima da escola, sua cultura ou sua ética. Essas características não podem ser captadas pelos métodos clássicos de observação pontual e externa, pois fazem parte de modos de funcionamento que só chegam a ser captados enquanto duram e observando-se as interações e as representações dos envolvidos.

Dessa forma, no âmbito deste trabalho existe a pretensão de contribuir com um olhar mais amplo sobre caráter das avaliações externas de larga escala e suas aproximações e/ou distanciamentos com a realidade escolar, pois as pesquisas na área educacional devem se constituir em fontes de apoio para a análise crítica e modificação da prática educativa até onde for o seu alcance.

O PRÊMIO, A AUTO-AVALIAÇÃO E O PLANO DE AÇÃO

O Prêmio Gestão Pedagógica: ação integrada escola e supervisão instituído pela Secretaria de Estado da Educação de São Paulo em parceria com o Instituto SM para a Qualidade da Educação – ISME, em 2007, teve a finalidade de incentivar duplas compostas pelo Diretor de Escola e respectivo Supervisor de Ensino da rede pública estadual de São Paulo para a produção de um Plano de Ação 2007/2008 voltado à melhoria dos resultados de aprendizagem dos alunos. Dentre os objetivos elencados para a proposta desse evento destacava-se o de valorizar o desenvolvimento de práticas inovadoras que representassem avanço e melhoria da gestão escolar e pudessem produzir impacto positivo no desempenho dos alunos.

Nas edições anteriores, que aconteceram nos anos de 2005 e 2006, esse Prêmio estava destinado a contemplar ações exitosas de escolas da rede estadual de São Paulo na implementação dos Projetos propostos pela própria SEE/SP: O Programa Escola da Família e o Programa Escola de Tempo Integral. Já em 2007, a premiação privilegia a articulação do

trabalho entre os gestores escolares: Diretor de Escola e Supervisor de Ensino. Nesse sentido, a participação deveria ter como foco a parceria entre equipe gestora e a supervisão escolar, na implementação de ações integradas voltadas para a gestão pedagógica e a melhoria dos resultados de aprendizagem.

Entre outras etapas, a participação no Prêmio previa a apresentação de síntese e análise do diagnóstico referente à gestão pedagógica e de resultados educacionais obtidas por meio da Auto-Avaliação realizada como produto final do Programa Progestão/2006. Esse Programa de Formação Continuada de gestores educacionais implantado na rede estadual paulista, desde 2004, é definido no sitio oficial da SEE/SP, da seguinte forma:

O PROGESTÃO é um curso de formação continuada e em serviço, organizado na modalidade a distância, para gestores escolares que atuam nas redes públicas de ensino. Trata-se de proposta inovadora no campo da formação continuada de dirigentes escolares, adotada pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação - CONSED, em parceria com um grupo de Secretarias de Educação, que se consorciaram para assegurar o financiamento da produção dos materiais instrucionais do Programa para posterior uso descentralizado. O Programa tem como objetivo geral formar lideranças comprometidas com a construção de um projeto de gestão democrática, focada no sucesso escolar dos alunos das escolas públicas de ensino fundamental e médio.

Então, de acordo com as orientações dadas pelos organizadores do Prêmio Gestão Pedagógica: ação integrada escola e supervisão, as escolas interessadas em participar deveriam retomar a auto-avaliação realizada no final da participação da equipe escolar no PROGESTÃO. Essa auto-avaliação institucional, de acordo com as orientações publicadas pela Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas do Estado de São Paulo – CENP (2006) - deveria priorizar as cinco dimensões da gestão educacional, objetivando:

DIMENSÃO 1 - GESTÃO DE PESSOAS – Analisar o trabalho de gestão tendo por referência o compromisso das pessoas — professores, funcionários, pais e alunos, com o projeto pedagógico, levando em conta as formas de incentivo a essa participação, o desenvolvimento de equipes e lideranças, e a valorização e motivação das pessoas, a formação continuada e a avaliação de seu desempenho.

DIMENSÃO 2 - GESTÃO PARTICIPATIVA – Analisar o nível de envolvimento do conjunto da escola na tomada de decisões, a real participação nos Conselhos de Escola, APM, Grêmios Estudantis; o grau de socialização das informações.

DIMENSÃO 3 - GESTÃO PEDAGÓGICA - Analisar o trabalho pedagógico realizado na escola: atualização e enriquecimento do seu currículo, pela adoção de processos criativos e inovadores, implementação de medidas pedagógicas que levem em conta os resultados de avaliação dos alunos e a atuação dos professores articulada o projeto pedagógico e com as necessidades de melhoria do rendimento escolar.

DIMENSÃO 4 - GESTÃO DE SERVIÇOS DE APOIO, RECURSOS FÍSICOS E FINANCEIROS - Analisar os serviços prestados pela escola em relação ao atendimento ao público, à manutenção do prédio, dos equipamentos, bem como a utilização e aplicação dos recursos financeiros.

DIMENSÃO 5 - GESTÃO DE RESULTADOS EDUCACIONAIS - Analisar os resultados obtidos pela escola em sua função de propiciar a formação integral de seus alunos e assegurar o acesso, a permanência e o sucesso escolar da sua aprendizagem. Considera a qualidade do ambiente escolar e a adoção de mecanismos de monitoramento e avaliação desses resultados, com o objetivo de melhorá-los, em compatibilidade com o projeto pedagógico escolar.

Após procederem a análise da organização escolar a partir da auto-avaliação institucional realizada com base nas cinco dimensões acima indicadas, os gestores deveriam identificar suas

potencialidades e fragilidades, e apoiados nisso, elaborar um Plano de Ação para o biênio 2007 - 2008, com vistas a obter avanços e melhorias na gestão escolar que produzissem impacto positivo no desempenho dos alunos.

A PARTICIPAÇÃO DAS ESCOLAS NO PRÊMIO E OS RESULTADOS NAS AVALIAÇÕES EXTERNAS

Das cinco mil, setecentas e vinte e nove escolas públicas estaduais do Estado de São Paulo, sessenta se inscreveram para participar das diferentes etapas do prêmio Gestão Pedagógica: ação integrada escola e supervisão, sendo sete representantes da Coordenadoria de Ensino da Região da Grande São Paulo – COGSP – e cinquenta e três escolas localizadas nas regiões do Estado de São Paulo pertencentes à Coordenadoria de Ensino do Interior – CEI. Observa-se a distribuição do número de escolas inscritas por Coordenadoria de Ensino e Região no Quadro I:

QUADRO I – Escolas inscritas por Região

Nº	CEI – Interior COGSP – Grande São Paulo	Diretoria de Ensino Região de
01	CEI	Birigui
01	CEI	Campinas Oeste
09	CEI	Fernandópolis
01	CEI	Franca
01	CEI	Jales
01	CEI	Lins
01	CEI	Marília
01	CEI	Mogi Mirim
01	CEI	Pindamonhangaba
15	CEI	Piracicaba
05	CEI	Presidente Prudente
04	CEI	Ribeirão Preto
01	CEI	São João da Boa Vista
01	CEI	São José dos Campos
06	CEI	Sorocaba
02	CEI	Sumaré
02	CEI	Votuporanga
01	COGSP	Centro
01	COGSP	Leste 5
02	COGSP	Diadema
02	COGSP	Mogi das Cruzes
01	COGSP	Santo André

O número reduzido de escolas inscritas, cerca de 1% do total das escolas públicas estaduais de São Paulo e a distribuição desigual da participação das unidades escolares pertencentes à Coordenadoria de Ensino do Interior (1,4% do total de escolas) e as localizadas na região da Grande São Paulo (0,3% do total de escolas), por si só já seriam suficientes para provocar um estudo sobre as causas dessa desigualdade, uma vez que, os resultados do

desempenho dos alunos nos sistemas de avaliação externos são coincidentes com essa situação, ou seja, as escolas jurisdicionadas à CEI apresentam resultados de desempenho superiores aos das unidades pertencentes à COGSP, como demonstram os Quadros II e III:

QUADRO II – Média de Desempenho no Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar de São Paulo – SARESP/2009, por disciplina, série, nível de ensino e Coordenadoria de Ensino.

Escolas	Médias do SARESP 2009													
	Língua Portuguesa				Matemática				Geografia			História		
	4 ^º EF	6 ^º EF	8 ^º EF	3 ^º EM	4 ^º EF	6 ^º EF	8 ^º EF	3 ^º EM	6 ^º EF	8 ^º EF	3 ^º EM	6 ^º EF	8 ^º EF	3 ^º EM
COGSP	187,1	211,8	231,9	272,1	197,2	209,8	245,9	264,4	228,0	244,7	272,3	227,5	245,1	268,7
CEI	197,2	219,5	240,6	276,7	210,0	218,9	256,9	273,7	236,4	255,5	280,8	236,7	255,6	276,9

Fonte: sitio oficial da SEE/SP

QUADRO III – Média alcançada pelas Escolas da CEI e da COGSP no Índice de Desempenho Educacional de São Paulo/2009 por Coordenadoria de Ensino.

Escolas	Médias do IDESP 2009		
COGSP	3,62	2,57	1,77
CEI	4,34	3,09	2,15

Fonte: sitio oficial da SEE/SP

Em um primeiro movimento de análise dos dados acima apresentados corre-se o risco de inferir precipitadamente que existe uma relação direta e coincidente entre as escolas que se auto-avaliam como tendo uma equipe gestora articulada e atenta às cinco dimensões da gestão educacional e os resultados alcançados pelos alunos nos sistemas de avaliação externos. O fato evidenciado pelos números de que existe um predomínio de escolas do interior de São Paulo que se submetem a participação em um prêmio que prevê que a equipe gestora esteja atenta tanto para a gestão de pessoas, como para as gestões participativa, pedagógica, de apoio e recursos físicos e financeiros e de resultados educacionais, pode ser tomado como uma evidência de que os resultados alcançados pelos alunos da CEI em relação aos da COGSP, nas avaliações externas, são decorrência natural de uma articulação maior entre a equipe gestora dessas escolas.

Se isso fosse verdadeiro, se a auto-avaliação da escola como resultado de um olhar mais cuidadoso para as cinco dimensões da gestão (previsto para a participação no Prêmio Gestão Pedagógica: ação integrada escola e supervisão) apresentasse por si só, avanços e melhorias na organização escolar, de forma a produzir impacto positivo no desempenho dos alunos nas avaliações externas, então seria possível concluir que todas as escolas inscritas, após elaborarem um Plano de Ação conjunto entre Direção de Escola e Supervisão de Ensino para os anos de 2007 e 2008, apresentariam resultados superiores ou no mínimo iguais à média de sua região, nas avaliações de 2009. Mas isso não ocorreu como os dados apresentados posteriormente procurarão demonstrar.

A PESQUISA, O SARESP 2009 E OS RESULTADOS DAS ESCOLAS PARTICIPANTES

Ao definir os procedimentos metodológicos a serem utilizados neste projeto de pesquisa ficou claro para o grupo envolvido no trabalho que havia a necessidade de buscar informações sobre o sistema avaliativo que serviria de base para a análise comparativa com a auto-avaliação realizada pelas unidades escolares. Com os dados colhidos foi possível concluir que o SARESP - Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo foi criado em 1996, e é aplicado anualmente (com exceção para os anos de 1999 e 2006) pela SEE/SP para avaliar o Ensino Básico na rede estadual. Na edição de 2007, ele passou a utilizar a metodologia dos exames nacionais e internacionais, o que permitiu a comparação de resultados.

Participam da prova os alunos do Ensino Fundamental (2^a, 4^a, 6^a e 8^a séries) e do Ensino Médio (3^a séries). Esses alunos também preenchem um questionário informativo sobre suas características pessoais, socioeconômicas e culturais e situação escolar. Professores e gestores das escolas são solicitados a fornecer dados relacionados ao processo de aprendizagem do aluno, à gestão da escola e à implantação do currículo. Os resultados com os cruzamentos dessas informações vêm em forma de relatórios para cada escola, Diretoria e Coordenadoria de Ensino.

O currículo padrão baseado na matriz de competências e habilidades que foi adotado pela SEE/SP, a partir de 2008, provocou uma série de mudanças no SARESP. A principal delas foi a mudança do foco do exame. Ele deixa de ser uma avaliação do aluno e passa a ser uma avaliação do sistema. Para a organização da prova e análise dos dados esse sistema de avaliação utiliza um modelo estatístico chamado Teoria da Resposta ao Item – TRI - (KLEIN & FONTANIVE, 1995). O formato do TRI possibilita avaliar o conhecimento dos alunos nas competências e habilidades exigidas em cada série. Cada aluno responde a um conjunto diferente de itens agrupados por uma técnica chamada de Blocos Incompletos Balanceados.

No ano de 2009, além das provas de Língua Portuguesa e Matemática, os alunos também foram submetidos à avaliação em História e Geografia. Na busca de parâmetros para este trabalho investigativo optou-se por colher os dados de desempenho no SARESP/2009 das escolas inscritas no prêmio GESTÃO PEDAGÓGICA: AÇÃO INTEGRADA ESCOLA E SUPERVISÃO, apenas dos alunos das 4^a, 6^a e 8^a séries do Ensino Fundamental e da 3^a série do Ensino Médio, que participaram das provas dos quatro conteúdos curriculares. Os índices referentes aos alunos da 2^a série do Ensino Fundamental não foram utilizados nesta primeira análise porque a prova para essa série tem uma organização diferenciada, com questões abertas apenas sobre os conteúdos de Língua Portuguesa e Matemática, com correção realizada no âmbito das próprias Diretorias de Ensino, o que demandaria um estudo mais direcionado.

Ao proceder a busca dos índices de desempenho das sessenta escolas que são foco desta pesquisa, não foi possível a identificação dos dados de uma escola pertencente à COGSP, porque não estão disponibilizados no portal eletrônico oficial da SEE/SP. Por isso, constam desta análise apenas os índices obtidos por cinquenta e nove das sessenta escolas inscritas no Prêmio Gestão.

Para buscar responder a questão inicial que foi motivadora deste levantamento de dados e que é central nesta pesquisa, ou seja, para entender se as escolas que se auto-avaliaram como tendo um trabalho de gestão articulado e competente têm também um desempenho nas avaliações externas que ratificam essa avaliação, foram coletadas primeiramente as médias gerais obtidas, no SARESP/2009, pelas escolas pertencentes a cada uma das Coordenadorias de Ensino, da Grande São Paulo e do Interior, nas diferentes séries e nos conteúdos curriculares de Língua Portuguesa, Matemática, História e Geografia.

A opção por explicitar os dados relativos às Coordenadorias foi motivada pela diferença de desempenho já indicada anteriormente entre alunos da CEI (com melhor desempenho na média geral das avaliações) e da COGSP (que historicamente têm apresentado índices inferiores nas diversas edições da prova SARESP). Lembrando que o Quadro II, anteriormente apresentado, registra as médias alcançadas pelos alunos de cada uma das Coordenadorias, nas séries e disciplinas avaliadas, vale também o registro de que os índices alcançados pelas escolas objeto deste trabalho foram comparados à média das escolas de sua própria Coordenadoria. É preciso esclarecer ainda as escolas têm uma constituição própria e que elas não oferecem os mesmos níveis de ensino ou séries. Então foi necessário fazer a análise comparativa levando em consideração a participação no SARESP/2009 de cada unidade escolar. O Quadro IV identifica os níveis de ensino oferecidos pelas 59 (cinquenta e nove escolas) pesquisadas e as séries que foram avaliadas no SARESP/2009:

QUADRO IV – Discriminação das séries avaliadas no SARESP/2009 e os níveis de ensino oferecidos pelas escolas objeto desta pesquisa:

Níveis de Ensino/Séries oferecidos e avaliados no SARESP/2009	
Séries / Nível	Nº de escolas
Apenas a 4ª série do Ensino Fundamental	16
Apenas a 3ª série do Ensino Médio	01
Apenas as 4ª, 6ª e 8ª séries do Ensino Fundamental	01
Apenas as 6ª, 8ª séries do Ensino Fundamental e a 3ª série do Ensino Médio	30
As 4ª, 6ª e 8ª séries do Ensino Fundamental e a 3ª série do Ensino Médio	11

Fonte: sitio oficial da SEE/SP

Ao coletar os dados sobre o desempenho médio da CEI e da COGSP no SARESP/2009 e compará-los com os índices obtidos por essas escolas que se auto-avaliaram nas cinco dimensões da gestão indicadas no PROGESTÃO e que, com essa referência, elaboraram um Plano de Ação integrado entre Direção e Supervisão de Ensino, foi possível identificar que não existe um sincronismo direto entre os procedimentos de auto-avaliação institucional e de proposta de ações integradas entre gestores escolares, com os resultados obtidos pelas escolas nos sistemas externos de avaliação em larga escala.

O número de escolas que tiveram um desempenho abaixo da média de sua Coordenadoria de Ensino, apesar de terem elaborado o Plano de Ação integrado entre gestores

escolares motivados por sua participação no Prêmio Gestão Pedagógica: ação integrada escola e supervisão, foi muito significativo, representando mais de 45% das 59 (cinquenta e nove) unidades escolares inscritas, como demonstrado no Quadro V:

QUADRO V – Desempenho comparativo entre as escolas participantes do Prêmio Gestão e a média obtida pela Coordenadoria de Ensino

Desempenho das escolas em relação à média de sua Coordenadoria de Ensino	Nº de escolas
Desempenho superior ao da Coordenadoria em todas as séries avaliadas	19
Desempenho superior ao da Coordenadoria na maioria das séries avaliadas	13
Desempenho inferior ao da Coordenadoria em todas as séries avaliadas	18
Desempenho inferior ao da Coordenadoria na maioria das séries avaliadas	09
TOTAL	59

Fonte: sitio oficial da SEE/SP

Para organizar as informações colhidas na página eletrônica oficial da SEE/SP e sintetizá-las nos dados registrados no Quadro V, a equipe envolvida nesta pesquisa realizou um levantamento dos índices de desempenho das 59 (cinquenta e nove) escolas, por disciplina e série, comparando-os com a nota média das suas respectivas Coordenadorias de Ensino – CEI ou COGSP. As unidades escolares que trabalham com todas as séries avaliadas tiveram 14 (quatorze) possibilidades de comparação (onze escolas); as que não oferecem apenas a 4ª série do Ensino Fundamental, mas trabalham com todas as outras séries objetos da avaliação forneceram informações que permitiram 12 (doze) possibilidades de comparação (30 escolas); a que oferece as séries correspondentes apenas ao Ensino Fundamental (4ª, 6ª e 8ª) possibilitou 10 (dez) análises comparativas (uma escola); as que possuem apenas a 4ª série do Ensino Fundamental (dezesseis escolas) ofereceram 02(dois) itens para comparação e a que trabalha apenas com a 3ª série do Ensino Médio possibilitou a investigação sobre 04 (quatro) resultados.

Após a análise comparativa dos dados coletados, as questões iniciais deste estudo se impõem com mais força: as escolas que se auto-avaliam como tendo um trabalho de gestão articulado e competente têm um desempenho nas avaliações externas que ratificam essa avaliação? A natureza dessas avaliações permite a leitura qualitativa do processo de aprendizagem, ou são parâmetros exclusivamente quantitativos?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que a tese que embasou e estruturou este trabalho investigativo é a de que a adoção de uma cultura avaliativa externa, com processos de avaliação de larga escala pode não estar afinada com os processos avaliativos que ocorrem no interior das unidades escolares, e que quase metade das escolas - que se auto-avaliaram como em condições de concorrer a um prêmio que previa o desenvolvimento de práticas inovadoras que representassem avanços

e melhorias na gestão escolar e produzissem impacto positivo no desempenho dos alunos - não terem conseguido um desempenho, nem mesmo equivalente ao das demais escolas de sua Coordenadoria de Ensino, é possível concluir que as avaliações externas de larga escala, como o SARESP, apesar de sua importância não dão conta das especificidades de cada unidade escolar, e por isso mesmo, não podem direcionar o trabalho do gestor escolar apenas pelas questões quantitativas baseadas em resultados externos que são orientados por diretrizes que não são definidas pela comunidade escolar.

A concepção de que auto-avaliação institucional como um processo permanente de busca de autoconhecimento da escola que possibilita o repensar das ações que estão sendo desenvolvidas, deixa ainda mais evidente o descompasso apresentado acima, entre resultados obtidos nos sistemas avaliativos externos e a auto-avaliação realizada pela escola. Nesta direção, a auto-avaliação, instrumento tão necessário por valorizar a autonomia institucional no exercício democrático da participação, não deve deixar de incorporar as contribuições das avaliações de larga escala porque se complementam, ou seja, os resultados obtidos das duas formas de avaliar podem propiciar um diálogo interessante e produtivo. Sendo assim, prosseguir com esta pesquisa, objetivando relacionar a gestão e as formas de avaliação existentes e identificar as contribuições e limitações de cada uma dessas variáveis, é de fundamental importância para agregar conhecimentos nessa área de investigação.

O que já fica evidenciado é que a aplicação de sistemas externos de avaliação, não garante, por si só, a compreensão dos resultados obtidos e nem o acerto nas tomadas de decisões decorrentes desse processo. Se o objetivo desses sistemas avaliativos é a melhoria do ensino e da aprendizagem, as decisões políticas e educacionais, daí resultantes, deveriam cumprir esta finalidade, aperfeiçoando o modo de ensinar a todos os alunos em todas as escolas.

O que deve ser considerado para o prosseguimento desta investigação é o que realmente é relevante em cada um desses movimentos avaliativos. Qual é o diagnóstico possibilitado por uma prova como a do SARESP? Que parâmetros estarão sendo utilizados pelas escolas ao procederem a sua auto-avaliação institucional? Por que um compromisso de implementação de um Plano de Ação articulado entre diretores de escola e supervisores de ensino não resulta em melhoria de desempenho dos alunos da escola nas avaliações externas? O problema está no trabalho das escolas ou nas avaliações a que estão sendo submetidas? Como está evidenciado, conclui-se esta etapa da pesquisa com mais indagações do que as que foram compartilhadas no início do trabalho.

REFERÊNCIAS

ARENA, Dagoberto Buim. **Projeto Pedagógico e Avaliação: As tensões no interior da escola.** In: SILVA JÚNIOR, Celestino A. da, BICUDO Maria Aparecida Viggiani (orgs.). **Formação do Educador e Avaliação Educacional.** São Paulo: Editora UNESP, 1999. p. 77-89.

_____. **Século XXI exige novos modos de ler e pensar.** - Ano XX, nº 212 -junho 2006. Disponível em <http://www.unesp.br/aci/jornal/212/suplea.php>. Acessado em 12 de dezembro de 2007.

- DELORS, J. Organizador. *A Educação do Século XXI. Questões e Perspectivas*. Porto Alegre: Artmed Editora, 2005.
- DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**, SP: Atlas, 1981.
- FORTUNATI, J. *Gestão da Educação Pública. Caminhos e Desafios*. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas S.A., 1996.
- KLEIN, Rubem.; FONTANIVE, Nilma. **Avaliação em larga escala**. Em Aberto, Brasília, DF, v. 15, n. 66, p. 29-34, 1995.
- MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais** – (terceiro e quartos ciclos do ensino fundamental – 5ª a 8ª séries), 1998.
- _____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica**.
- PÁDUA, Elisabete M. M. **Metodologia da Pesquisa** – Abordagem teórico-prática. 2 ed.. Campinas. Papirus, 1997.
- SÃO PAULO (Estado) Secretaria da Educação. Subsídios para o Planejamento Escolar/2006: Refletindo sobre os indicadores. São Paulo: SE, 2006
- SÃO PAULO. Secretaria de Educação. Proposta Curricular do Estado de São Paulo. São Paulo: SE, 2008.
- _____. Secretaria de Educação. *Gestão do Currículo na Escola. Caderno do Gestor*. Volumes 1, 2 e 3. São Paulo: SE, 2008.
- _____. Secretaria de Educação. *Gestão do Currículo na Escola. Caderno do Gestor*. Volumes 1. São Paulo: SE, 2009.
- SILVA, Maria Abadia. **Intervenção e consentimento** – A política educacional do Banco Mundial. Campinas: Editora Autores Associados, 2002.
- THURLER, Mônica Gother. **A eficácia das escolas não se mede**: ela se constrói, negocia-se, pratica-se e se vive. Série Idéias n. 30, p. 175-192. São Paulo: FDE, 1998